



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
PROC. Nº E-13/001/1392/2013
DATA: 25/09/2013 fls:
RUBRICA:

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria de Estado da Casa Civil
Subsecretaria Militar

ANEXO IV – MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº...../..... DE
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SEGURO
AERONÁUTICO DA FROTA DE
HELICÓPTEROS DO GOVERNO DO
ESTADO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O
ESTADO DO RIO DE JANEIRO, PELA
SUBSECRETARIA MILITAR DA CASA
CIVIL E A SEGURADORA

.....

O Estado do Rio de Janeiro, pela Subsecretaria Militar da Casa Civil, ,
doravante denominado CONTRATANTE, CNPJ nº 16.481.961/0001-03,
representado neste ato por PAULO ROBERTO PEREIRA DA SILVA –
SUPERINTENDENTE DE ORÇAMENTO E FINANÇAS – ID nº 3.221.305-0 e a
empresa
situada à.....,
inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda
sob o nº, daqui por diante denominada
CONTRATADA, representada neste ato por.....,
RG nº, CPF nº, resolvem assinar
o presente Contrato de Prestação de Serviço de Seguro Aeronáutico, com
fundamento no processo administrativo nº E-13/001/1392/2013, que se regerá
pelas normas da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto
Estadual nº 40.497, de 01 de janeiro de 2007, Decretos Estaduais nº 31.864 e
31.863, de 16 de setembro de 2002, com aplicação subsidiária da Lei nº
8.666/93, de 21 de junho de 1993, da Lei Estadual nº 287, de 04 de
dezembro de 1979, do Decreto nº 3.149, de 28 de abril de 1980, do Decreto
Estadual nº 42.063, de 06 de outubro de 2009, do Decreto Estadual nº 42.091,
de 27 de outubro de 2009 e do Decreto Estadual nº 42.301, de 12 de fevereiro
de 2010, e respectivas alterações, além do disposto no Edital do Pregão



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
PROC. Nº E-13/001/1392/2013
DATA: 25/09/2013 fls:
RUBRICA:

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria de Estado da Casa Civil
Subsecretaria Militar

Eletrônico nº 010/2013, aplicando-se a este contrato suas disposições irrestrita e incondicionalmente, bem como pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO:

O objeto do presente pregão é a contratação de Sociedade Seguradora, com registro válido e atualizado na Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, para a cobertura de Seguro Aeronáutico de CASCO (Integral), LUC (Limite Único Combinado) e RETA (Responsabilidade Civil) para a Frota de Helicópteros do Governo do Estado do Rio de Janeiro, alocados na Subsecretaria Adjunta de Operações Aéreas da Subsecretaria Militar do Estado do Rio de Janeiro SAOA/SSMCC, à Avenida Borges de Medeiros – 1444 – Lagoa e Grupamento Aeromóvel da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, à Avenida Feliciano Sodré nº 273, Centro, Niterói, conforme especificações contidas no Edital do Pregão Eletrônico nº010/2013 e seus anexos.

CLÁUSULA SEGUNDA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

A CONTRATADA SE OBRIGA:

- a) Remeter mensalmente à Subsecretaria Adjunta de Operações Aéreas e ao Comitê de Seguros e Riscos do Estado do Rio de Janeiro – COSER, a relação das indenizações pagas no período, constando o nome do titular, beneficiários do seguro, tipo de benefício pago, bem como, os sinistros avisados e não pagos.
- b) Emitir a competente fatura para liquidação e encaminhá-la a Subsecretaria Militar da Casa Civil, que será encarregada de sua fiscalização e aceite.



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
PROC. Nº E-13/001/1392/2013
DATA: 25/09/2013 fls:
RUBRICA:

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria de Estado da Casa Civil
Subsecretaria Militar

- c) Executar fielmente os serviços de acordo com o disposto nas Cláusulas deste CONTRATO e nos seus documentos integrantes, e em rigorosa observância às determinações escritas do CONTRATANTE; e estritas observância às leis vigentes, procedimento e tudo o mais que necessário for para a perfeita execução do serviço.
- d) Assumir, como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da execução dos serviços contratados.
- e) Caberá exclusivamente à CONTRATADA o cumprimento de obrigações de ordem tributária, decorrentes da execução do presente CONTRATO, devendo, se exigido pelo CONTRATANTE comprovar a qualquer tempo a regularidade destas.
- f) Manter durante a execução do CONTRATO, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- g) Conduzir os serviços de acordo com as normas do serviço e com estrita observância do instrumento convocatório, da Proposta de Preços e da legislação vigente.
- h) Prestar, sem qualquer ônus para o Contratante, os serviços necessários à correção e revisão de falhas ou defeitos verificados no trabalho, sempre que a ela imputáveis.
- i) Responder pelos serviços que executar, na forma do ato convocatório e da legislação aplicável.



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
PROC. Nº E-13/001/1392/2013
DATA: 25/09/2013 fls:
RUBRICA:

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria de Estado da Casa Civil
Subsecretaria Militar

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Quando da formalização do presente Contrato, a CONTRATADA se obriga a emitir apólice de seguro constando os seguintes dados:

Aeronaves cobertas pelo seguro:

Nº DE AERONAVES	PREFIXO	MODELO	ANO	PASS/ TRIPULANTE
01	PP-ELB	Dauphin SA365N1	1990	8 + 1
02	PP-EVA	Esquilo AS355N	1993	5 + 1
03	PP-ECF	Esquilo AS350BA	1998	5 + 1
04	PP-ECE	Esquilo AS350BA	1997	5 + 1
05	PR-ERJ	EC 135 T2+	2009	6 + 1
06	PP-MHI	Esquilo AS350B2	2002	7+1
07	PP-CBM	Esquilo AS350B2	2006	5 + 1
08	PR-EPC	Esquilo AS350B3	2006	5 + 1
09	PR-FEC	UH-1H II	2008	12+1
10	PR-GRJ	GRAND NEW AW 109SP	2012	7+1
11	PR-SES	AS 355NP	2012	5+1
12	PR-RJJ	AS355NP	2012	5+1
13	PP-EPN	Esquilo AS350B2	2002	5+1



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
PROC. Nº E-13/001/1392/2013
DATA: 25/09/2013 fls:
RUBRICA:

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria de Estado da Casa Civil
Subsecretaria Militar

14	PP-EMA	Esquilo AS350B2	1995	5+1
15	PR-IDR	Esquilo AS350B3	2009	5+1
16	PR-COE	UH-1H II	1968	13+2
17	PR-LEI	SCHWEIZER 296C-1	2011	1+1

PARÁGRAFO SEGUNDO: COBERTURAS SEGURADAS:

As coberturas contratadas, as respectivas importâncias seguradas, bem como as franquias, deverão constar da apólice de seguro, de acordo com os dados especificados no Edital, Termo de Referência e Proposta Detalhe e seus anexos, todos do Pregão Eletrônico nº010/2013, que passam a integrar o presente Contrato, independente de transcrição.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DO ESTADO:

Ao ESTADO compete:

- Efetuar os pagamentos devidos à Contratada, nas condições estabelecidas neste Contrato;
- Fornecer à Contratada documentos, informações e demais elementos que possuir ligados ao presente Contrato;
- Exercer a fiscalização do Contrato na forma da cláusula nona;
- Receber provisória e definitivamente o objeto do contrato nas formas definidas.

CLÁUSULA QUARTA: DO OBJETIVO DO SEGURO:



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
PROC. Nº E-13/001/1392/2013
DATA: 25/09/2013 fls:
RUBRICA:

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria de Estado da Casa Civil
Subsecretaria Militar

O Seguro objeto do presente Contrato tem por objetivo, garantir o pagamento por parte da contratada da indenização referente ao CASCO ou célula, Limite Único Combinado (LUC), motor e equipamentos obrigatórios da aeronave, especificamente de garantia RETA (Responsabilidade do Explorador Transportador Aéreo), guerra, sequestro e confisco além da responsabilidade civil, para danos ou perda total, por emergência no voo, fogo, explosão, colisão ou queda da aeronave, por causa interna ou externa.

PARÁGRAFO ÚNICO: O seguro contratado tem por objetivo as indenizações por prejuízos sofridos, reembolsos de despesas e responsabilidades legais a que vier a contratante a ser obrigada.

CLÁUSULA QUINTA: DO ÂMBITO TERRITORIAL DA COBERTURA:

O seguro abrangerá os acidentes ocorridos em todo território nacional.

CLÁUSULA SEXTA: DO PERÍODO DE COBERTURA:

A cobertura do seguro é total, ou seja, abrange os sinistros ocorridos durante as 24 (vinte e quatro) horas do dia.

CLÁUSULA SÉTIMA: DO PAGAMENTO DO SINISTRO:

A CONTRATADA pagará indenização no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, após o recebimento de todos os documentos pertinentes a sua comprovação.

CLÁUSULA OITAVA: DO PRAZO:

O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir de 13 de novembro de 2013, desde que posterior a data da publicação do extrato do contrato em D.O.E.R.J, até as 24:00 horas do dia 13 de novembro de 2014.



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
PROC. Nº E-13/001/1392/2013
DATA: 25/09/2013 fls:
RUBRICA:

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria de Estado da Casa Civil
Subsecretaria Militar

PARÁGRAFO ÚNICO: O prazo contratual poderá ser prorrogado, observando-se o limite previsto no art. 57, II, da Lei n.º 8.666/93, desde que a proposta da CONTRATADA seja comprovadamente mais vantajosa para o CONTRATANTE.

CLÁUSULA NONA: DA EXECUÇÃO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

Os serviços deverão ser prestados na forma constante da Proposta Detalhe.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O Contrato deverá ser executado fielmente de acordo com as Cláusulas avençadas e observados os termos no Edital e a legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A execução do Contrato será acompanhada e fiscalizada por comissão constituída de 03 (três) membros designados pelo Subsecretário Militar.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O representante, sob pena de ser responsabilizado administrativamente, anotará em registro próprio as ocorrências relativas a execução do contrato, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 10 (dez) dias para ratificação.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA GARANTIA:

A garantia fica dispensada de acordo com art.56, caput da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA: VALOR DO CONTRATO:



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
PROC. Nº E-13/001/1392/2013
DATA: 25/09/2013 fls:
RUBRICA:

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria de Estado da Casa Civil
Subsecretaria Militar

Dá-se a este Contrato valor total de R\$
.....(.....).

CLÁUSULA DÉCIMA – SEGUNDA: DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

Os pagamentos dos serão a que se refere esta Cláusula serão efetuados na conta corrente nº, Agência, de titularidade da CONTRATADA, no Banco BRADESCO.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: No caso de a **CONTRATADA** estar estabelecida em localidade que não possua agência do Banco BRADESCO, instituição financeira contratada pelo Estado ou caso verificada pelo **CONTRATANTE** a impossibilidade de a **CONTRATADA**, em razão de negativa expressa da instituição financeira contratada pelo Estado, abrir ou manter conta corrente naquela instituição financeira, o pagamento poderá ser feito mediante crédito em conta corrente de outra instituição financeira. Nesse caso, eventuais ônus financeiros e/ou contratuais adicionais serão suportados exclusivamente pela **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O pagamento será à vista a partir da entrada do documento de crédito, isento de erros, na repartição competente, previamente atestado por dois servidores, que não o ordenador de despesas, designados pelo Subsecretário Adjunto de Operações Aéreas.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa do contratado, o prazo de pagamento terá sua contagem suspensa até a data da reapresentação da fatura no órgão, sendo então prosseguida a contagem.



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
PROC. Nº E-13/001/1392/2013
DATA: 25/09/2013 fls:
RUBRICA:

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria de Estado da Casa Civil
Subsecretaria Militar

PARÁGRAFO QUARTO: Os pagamentos eventualmente realizados com atraso sofrerão a incidência de compensação financeira pelo IGP-M e juros moratórios de 0,5% ao mês calculado *pro rata die*, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido no edital serão feitos mediante desconto de 0,5% ao mês, calculado *pro rata die*.

PARÁGRAFO QUINTO - Decorrido o prazo de 12 (doze) meses da data da apresentação da proposta ou do orçamento a que essa proposta se referir, poderá a Contratada fazer jus ao reajuste do valor contratual pelo IGP-M que deverá retratar a variação efetiva do custo de produção ou dos insumos utilizados na consecução do objeto contratual, na forma do que dispõe o art. 40, XI, da Lei nº 8.666/93 e os art. 2º e 3º da Lei nº 10.192, de 14.02.2001.

PARÁGRAFO SEXTO A forma de pagamento será à vista.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA: DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO:

O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nas hipóteses previstas no artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93, através do termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA: DA RESCISÃO:

O presente contrato poderá ser rescindido por ato unilateral do **CONTRATANTE**, pela inexecução total ou parcial do disposto na cláusula quarta ou das demais cláusulas e condições, nos termos dos artigos 77 e 80 da Lei n.º 8.666/93, sem que caiba à **CONTRATADA** direito a indenizações de qualquer espécie.



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
PROC. Nº E-13/001/1392/2013
DATA: 25/09/2013 fls:
RUBRICA:

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria de Estado da Casa Civil
Subsecretaria Militar

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado a **CONTRATADA** o direito ao contraditório e a prévia e ampla defesa.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A declaração de rescisão deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, operará seus efeitos a partir da publicação em Diário Oficial.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Na hipótese de rescisão administrativa, além das demais sanções cabíveis, o Estado poderá: a) reter, a título de compensação, os créditos devidos à contratada e cobrar as importâncias por ela recebidas indevidamente; b) cobrar da contratada multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o saldo reajustado dos serviços não-executados e; c) cobrar indenização suplementar se o prejuízo for superior ao da multa.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

A inexecução dos serviços, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitará o contratado, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá(ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração:

- a) advertência;
- b) multa administrativa;
- c) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro;



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria de Estado da Casa Civil
Subsecretaria Militar

d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Quando a penalidade envolver prazo ou valor, a natureza e a gravidade da falta cometida também deverão ser considerados para a sua fixação.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A imposição das penalidades é de competência exclusiva do órgão licitante, devendo ser aplicada pela autoridade competente, na forma abaixo descrita:

a) a advertência e a multa, previstas nas alíneas a e b, do *caput*, serão impostas pelo Ordenador de Despesa, na forma do parágrafo único, do art. 35, do Decreto Estadual nº 3.149/80;

b) a suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro, prevista na alínea c, do *caput*, será imposta pelo próprio Secretário de Estado ou pelo Ordenador de Despesa, na forma do parágrafo único, do art. 35, do Decreto Estadual nº 3.149/80, devendo, neste caso, a decisão ser submetida à apreciação do próprio Secretário de Estado.

c) a aplicação da sanção prevista na alínea d, do *caput*, é de competência exclusiva do Secretário de Estado.



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria de Estado da Casa Civil
Subsecretaria Militar

PARÁGRAFO QUARTO - A multa administrativa, prevista na alínea b, do *caput*:

- a) corresponderá ao valor de até 5% (cinco por cento) sobre o valor do Contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas não executadas;
- b) poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra;
- c) não tem caráter compensatório e seu pagamento não exime a responsabilidade por perdas e danos das infrações cometidas;
- d) deverá ser graduada conforme a gravidade da infração;
- e) nas reincidências específicas, deverá corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou do empenho, conforme preceitua o artigo 87 do Decreto Estadual n.º 3.149/80.

PARÁGRAFO QUINTO - Dentre outras hipóteses, a pena de advertência será aplicada à CONTRATADA quando não apresentada a documentação exigida nos parágrafos segundo e terceiro da cláusula oitava, no prazo de 10 (dez) dias da sua exigência, o que configura a mora.

PARÁGRAFO SEXTO - A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro, prevista na alínea c, do *caput*.

- a) não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria de Estado da Casa Civil
Subsecretaria Militar

b) sem prejuízo de outras hipóteses, deverá ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito do respectivo valor, no prazo devido;

c) será aplicada, pelo prazo de 1 (um) ano, conjuntamente à rescisão contratual, no caso de descumprimento total ou parcial do objeto, configurando inadimplemento, na forma prevista no parágrafo sexto, da cláusula oitava.

PARÁGRAFO SÉTIMO - A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro, prevista na alínea d, do *caput*, perdurará pelo tempo em que os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos causados.

PARÁGRAFO OITAVO - A reabilitação referida pelo parágrafo sétimo poderá ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

PARÁGRAFO NONO - O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a CONTRATADA à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor do contrato, da nota de empenho ou do saldo não atendido, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral do contrato pelo CONTRATANTE ou da aplicação das sanções administrativas.

PARÁGRAFO DÉCIMO - Se o valor das multas previstas na alínea b, do *caput*, e no parágrafo nono, aplicadas cumulativamente ou de forma independente, forem superiores ao valor da garantia prestada, se houver, além da perda desta, responderá o infrator pela sua diferença, que será descontada dos



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria de Estado da Casa Civil
Subsecretaria Militar

pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - A aplicação de qualquer sanção será antecedida de intimação do interessado que indicará a infração cometida, os fatos e os fundamentos legais pertinentes para a aplicação da penalidade, assim como a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - Ao interessado será garantido o contraditório e a defesa prévia.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação da defesa.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO - A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, no caso de aplicação das penalidades previstas nas alíneas a, b e c, do *caput*, e no prazo de 10 (dez) dias, no caso da alínea d.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO - Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
PROC. Nº E-13/001/1392/2013
DATA: 25/09/2013 fls:
RUBRICA:

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria de Estado da Casa Civil
Subsecretaria Militar

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO - O contratante penalizado com as sanções de suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar e a declaração de inidoneidade para licitar e contratar ficará impedido de contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro enquanto perdurarem os efeitos da respectiva penalidade.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO - As penalidades serão registradas pelo CONTRATANTE no Cadastro de Fornecedores do Estado, por meio do SIGA.

PARÁGRAFO DÉCIMO NONO - Após o registro mencionado no parágrafo acima, deverá ser remetido para a Coordenadoria de Cadastros da Subsecretaria de Recursos Logísticos da SEPLAG o extrato de publicação no Diário Oficial do Estado do ato de aplicação das penalidades citadas nas alíneas c e d do *caput*, de modo a possibilitar a formalização da extensão dos seus efeitos para todos os órgãos e entidades da Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEXTA: DO RECURSO AO JUDICIÁRIO:

As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à **CONTRATADA**, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando superiores à garantia prestada ou aos créditos que a **CONTRATADA** tenha em face da **CONTRATANTE**, que não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente.

PARÁGRAFO ÚNICO – Caso o **CONTRATANTE** tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a **CONTRATADA** ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1% (um por



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
PROC. Nº E-13/001/1392/2013
DATA: 25/09/2013 fls:
RUBRICA:

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria de Estado da Casa Civil
Subsecretaria Militar

cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo, em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

CLÁUSULA DÉCIMA-SÉTIMA: DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA:

O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência no todo ou em parte, a não ser com prévio e expreso consentimento do **CONTRATANTE** e sempre mediante instrumento próprio, devidamente motivado, a ser publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O cessionário ficará sub-rogado em todos os direitos e obrigações do cedente e deverá atender a todos os requisitos de habilitação estabelecidos no instrumento convocatório e legislação específica.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Mediante despacho específico e devidamente motivado, poderá a Administração consentir na cessão do contrato, desde que esta convenha ao interesse público e o cessionário atenda às exigências previstas no edital da licitação, nos seguintes casos:

I - quando ocorrerem os motivos de rescisão contratual previstos nos incisos I a IV e VIII a XII do artigo 83 do Decreto nº 3.149/1980;

II - quando tiver sido dispensada a licitação ou esta houver sido realizada pelas modalidades de convite ou tomada de preços.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Em qualquer caso, o consentimento na cessão não importa na quitação, exoneração ou redução da responsabilidade, da cedente-**CONTRATADA** perante a **CONTRATANTE**.



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
PROC. Nº E-13/001/1392/2013
DATA: 25/09/2013 fls:
RUBRICA:

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria de Estado da Casa Civil
Subsecretaria Militar

CLÁUSULA DÉCIMA-OITAVA: CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO:

A CONTRATADA se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA-NONA: DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO:

Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado, no prazo de 20 (vinte) dias, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, correndo os encargos por conta da CONTRATADA, devendo ser encaminhada ao Tribunal de Contas do Estado, para conhecimento, cópia do mesmo, no prazo legal.

PARÁGRAFO ÚNICO: O extrato da publicação deve conter a identificação do instrumento, partes, objeto, prazo, valor, número do empenho, fundamento legal ao ato e nº do processo administrativo.

CLÁUSULA VIGÉSIMA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

As despesas com execução do presente contrato correrão à conta das dotações orçamentárias destinadas ao ESTADO para o corrente exercício de 2013, assim classificadas:

Para as aeronaves de prefixo: PP-ELB, PR-ERJ, PP-GRJ e PR-RJJ
SUBSECRETARIA MILITAR DA CASA CIVIL/SUBSECRETARIA ADJUNTA
DE OPERAÇÕES AÉREAS - SAOA

FONTE: 00

PROGRAMA DE TRABALHO: 2106.06.781.0059.2039

NATUREZA DA DESPESA: 3390.39.10

VALOR:



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
PROC. Nº E-13/001/1392/2013
DATA: 25/09/2013 fls:
RUBRICA:

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria de Estado da Casa Civil
Subsecretaria Militar

Para as aeronaves de prefixo: PP-EMA, PP-EPN, PR-IDR, PR-COE, PR-LEI e PP-ECF

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

FONTE: 00

PROGRAMA DE TRABALHO: 2611.06.181.0147.1144

NATUREZA DA DESPESA: 3390.39.10

VALOR:

Para as aeronaves de prefixo: PP-MHI, PP-CBM, PP-ECE e PR-SES

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE- CBM

FONTE: 00

PROGRAMA DE TRABALHO: 2961.10.302.0093.2894

NATUREZA DA DESPESA: 3390.39.10

VALOR:

Para as aeronaves de prefixo: PR-EPC, PR-FEC e PP-EVA.

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

FONTE: 00

PROGRAMA DE TRABALHO: 2604.06.1181.0147.1047

NATUREZA DA DESPESA: 3390.39.10

VALOR:

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA: RESPONSABILIDADE:

A contratada é responsável por danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
PROC. Nº E-13/001/1392/2013
DATA: 25/09/2013 fls:
RUBRICA:

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria de Estado da Casa Civil
Subsecretaria Militar

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A contratada é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrente de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciárias, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato, podendo a Administração, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos, como condição do pagamento dos créditos da contratada.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA: DO FORO DE ELEIÇÃO:

Fica eleito o Foro da Cidade do Rio de Janeiro, para ação que resulte ou possa resultar do disposto neste contrato.

E, por estarem assim acordados em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, assinam as partes o presente instrumento em 05 (cinco) vias, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo assinadas.

Rio de Janeiro, de de 2013.

PAULO ROBERTO PEREIRA DA SILVA
Superintendente de Orçamento e Finanças

Pela Contratada:

TESTEMUNHA:

TESTEMUNHA: